

17 FEVEREIRO 1995

Agora, o Congresso

Em todas as oportunidades, como na entrevista coletiva de ontem, o Presidente da República tem sido quase didático na explicaçāo das reformas constitucionais que seu Governo pretende implantar, com a indispensável colaboração do Congresso Nacional. No seu primeiro encontro formal com a imprensa, no Palácio do Planalto, Fernando Henrique Cardoso não deixou sem resposta, e sem clareza, nenhum dos pontos fundamentais das reformas.

Em toda a peregrinação reformista que o Presidente da República tem comandado, seja nos encontros com os representantes dos partidos, das centrais sindicais, das lideranças políticas e empresariais, bem como nas reuniões diretas com professores, estudantes e pais de alunos, a mensagem reformista do seu Governo tem aparecido com meridiana claridade. São compromissos assumidos com o povo brasileiro na campanha de 94 — e que o povo referendou nas urnas. São reformas inadiáveis para o desenvolvimento social e econômico do País, que teriam de ser adotadas ainda que, por hipótese, não fossem uma bandeira firmemente levantada pelo chefe da Nação.

Assim, de posse das cinco proposta de reforma constitucional remetidas ontem pelo Executivo, o Congresso pode se considerar como bem-informado sobre as intenções

do Governo e o alcance das proposições. É oportuno lembrar que, por determinação do presidente FHC, os ministros participaram de vários seminários com os senadores e deputados dos partidos que apóiam seu Governo para explicar o objetivo das reformas — e, principalmente, as causas que as aconselham neste momento.

A palavra, agora, está com o Congresso Nacional. É ali o foro adequado para que os projetos remetidos pelo Executivo sejam estudados, criticados, aperfeiçoados e, finalmente, aprovados. É também o Congresso o desaguadouro natural das contribuições que os segmentos da sociedade civil queiram oferecer às matérias constantes das emendas constitucionais. Mas não pode o Legislativo, sob pena de decepção profunda para a opinião pública, deixar de analisar com seriedade e patriotismo o conteúdo dessas propostas governamentais, que estão avalizadas pelo voto popular e comprometidas com a modernização econômica e administrativa do País.

Ficam para trás as frustrações da revisão constitucional de 94. O Brasil de hoje quer e precisa das reformas da Carta de 88. O primeiro capítulo é o da Ordem Econômica. Outros vão se seguir. Desta vez, o Congresso não pode deixar de responder afirmativamente aos anseios maiores do País.